MINISTÉRIO DA SAÚDE
Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA)
Secretaria Executiva da Comissão Nacional para a Implementação
da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (Conicq)

OPÇÕES DE POLÍTICAS E RECOMENDAÇÕES SOBRE ALTERNATIVAS ECONOMICAMENTE SUSTENTÁVEIS PARA O CULTIVO DO TABACO (COM RELAÇÃO AOS ARTIGOS 17 E 18)

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
VENDA PROIBIDA

MINISTÉRIO DA SAÚDE
Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA)
Secretaria Executiva da Comissão Nacional para a Implementação
da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (Conicq)

OPÇÕES DE POLÍTICAS E RECOMENDAÇÕES SOBRE ALTERNATIVAS ECONOMICAMENTE SUSTENTÁVEIS PARA O CULTIVO DO TABACO (COM RELAÇÃO AOS ARTIGOS 17 E 18)

Rio de Janeiro, RJ
INCA
2016

2016 Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva/ Ministério da Saúde.

Esta obra é disponibilizada nos termos da Licença Creative Commons – Atribuição – Não Comercial – Compartilha igual 4.0 Internacional. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

Esta obra pode ser acessada, na íntegra, na Biblioteca Virtual em Saúde Prevenção e Controle de Câncer (http://controlecancer.bvs.br/) e no Portal do INCA (http://www.inca.gov.br).

Tiragem: 300 exemplares

Elaboração, distribuição e informações
MINISTÉRIO DA SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER
JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA - INCA
Secretaria Executiva da Comissão Nacional
para Implementação da Convenção-Quadro
para o Controle do Tabaco (Conicq)
Rua do Resende, 128/3º andar - sala 303
Centro - Rio de Janeiro - RJ
CEP 20231-092
conicq@inca.gov.br
www.inca.gov.br/observatoriotabaco

Organizadora
Tânia Cavalcante

Equipe de Elaboração
Ana Paula Leal Teixeira
Alessandra Trindade Machado
Christiane Soares Pereira
Felipe Lacerda Mendes
Naira Milene Silva Vosmirko
Rosa Vargas

Colaboradores
Alexandre Octávio Ribeiro de Carvalho
Erica Cavalcanti Rangel
Rita de Cássia Martins
Flávia de Sena

Tradução realizada pela Secretaria Executiva da Conicq das diretrizes adotadas nas sessões das Conferência das Partes da Convenção-Quadro da OMS para o Controle do Tabaco.

Edição
COORDENAÇÃO DE PREVENÇÃO
E VIGILÂNCIA
Serviço de Edição e Informação
Técnico-Científica
Rua Marquês de Pombal, 125 – Centro
20230-092 - Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 3207-5500

Supervisão Editorial
Taís Facina

Copidesque e Revisão
Rita Rangel de S. Machado

Capa, Projeto Gráfico, Diagramação
Jankley Costa Gomes

Ficha Catalográfica
Marcus Vinícius Silva / CRB 7/6619
Apoio OPAS: Carta acordo nº BR/LOA/1400037-001

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*
Fox Print

I59o Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. Secretaria Executiva da Comissão Nacional para a Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco.

Opções de políticas e recomendações sobre alternativas economicamente sustentáveis para o cultivo do tabaco (com relação aos artigos 17 e 18) / Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva; Tânia Cavalcante (Organizadora). – Rio de Janeiro: INCA, 2016.

32 p.

ISBN 978-85-7318-306-1 (versão impressa)
ISBN 978-85-7318-305-4 (versão eletrônica)

1. Tabaco. 2. Agricultura Sustentável. 3. Políticas Públicas. I. Título. II. Cavalcante, Tânia.

CDD 362.296

Catalogação na fonte – Serviço de Edição e Informação Técnico-Científica

Títulos para indexação:
Em inglês: Policy options and recommendations on economically sustainable alternatives for tobacco growth (with relation to articles 17 and 18)
Em espanhol: Opciones políticas y recomendaciones sobre alternativas económicamente sustentables para el cultivo del tabaco (con relación a los artículos 17 y 18)

Convenção-Quadro da Organização Mundial da Saúde para o Controle do Tabaco

OPÇÕES DE POLÍTICAS E RECOMENDAÇÕES SOBRE ALTERNATIVAS ECONOMICAMENTE SUSTENTÁVEIS PARA O CULTIVO DO TABACO (COM RELAÇÃO AOS ARTIGOS 17 E 18)

Adotada pela Conferência das Partes na sua sexta sessão (decisão CQCT/OMS/COP6(11))

Tradução livre (não oficial) da Secretaria Executiva da Conicq

Versão on-line (inglês) disponível em:
http://www.who.int/entity/fctc/treaty_instruments/Policy options reccommendations_Articles17_18_ COP6

1. INTRODUÇÃO

A Convenção-Quadro da Organização Mundial da Saúde para o Controle do Tabaco (CQCT/OMS) dedica diversas medidas baseadas em dados de caráter multisetorial que visam a reduzir o consumo de tabaco e a exposição à sua fumaça (fumo passivo). Ao mesmo tempo, também reconhece a necessidade de promover alternativas economicamente viáveis à produção do tabaco como forma de prevenir possíveis impactos sociais e econômicos adversos sobre as populações cujos meios de vida dependam do cultivo do tabaco. Além disso, as Partes concordaram ser necessário proteger o meio ambiente e a saúde das pessoas, especialmente no que diz respeito ao cultivo e à fabricação de produtos de tabaco.

1.1 A cadeia mundial de produção de tabaco[1]

A indústria global do tabaco é um oligopólio altamente especializado que depende do cultivo das folhas de tabaco (*Nicotiana tabacum* e, em menor escala, *Nicotiana rustica*).

- O setor agrícola é composto por **agricultores produtores de tabaco e trabalhadores** que produziram, em 2011, cerca de 7.461.994 de toneladas de folhas de tabaco, utilizando 4.211.885 de hectares[2] em cerca de 120 países[3]. Os desafios do setor agrícola relacionados a contratação, extensão, apoio e sistemas de comercialização e pagamento variam por região.

- A **primeira transformação** das folhas de tabaco é realizada por empresas especializadas, conhecidas como "empresas de primeira transformação" ou "empresas dedicadas à produção da folha de tabaco". No mundo, apenas algumas empresas trabalham nesse setor[4]. O modelo comercial é uma integração vertical dos produtores de tabaco e dos trabalhadores. As empresas geralmente fornecem todos os insumos necessários, bem como empréstimos para o cultivo do tabaco.

- A **indústria de produtos de tabaco** compreende instalações que fabricam cigarros, charutos, tabaco sem fumo (para mascar, pedaço ou rolo, e *snuff*, que não se masca), fumo solto (tabaco para cachimbo ou para enrolar), folha reconstituída de tabaco e outros produtos, como bidis, e que comercializam esses produtos, sob diferentes marcas.

Os próprios agricultores ganham muito pouco com a colheita em comparação com o preço obtido no final da cadeia produtiva[5]. Estima-se que uma tonelada de tabaco bruto produzido por um agricultor e vendido para a empresa de primeira transformação aumenta em 47,2 vezes[6] o valor ao longo da cadeia de produção até o ponto em que os usuários compram os cigarros industrializados.

1.1.1 Tendências mundiais do consumo dos produtos de tabaco

Mundialmente, a epidemia do tabaco tem se expandido e se focado mais nos países de baixa e média rendas, em razão, principalmente, da expansão das tentativas de divulgação da indústria multinacional do tabaco na Europa Oriental, na Ásia, na África e na América Latina[7,8].

Há dez anos, a previsão era de que qualquer redução no número de fumantes e no consumo total do tabaco ao longo dos próximos 20 anos seria gradual. Metade desse tempo passou e houve um claro progresso na implementação da CQCT/OMS e sinais de redução na demanda do tabaco.

---

[1] Os números desta seção serão atualizados e revisados periodicamente, com base na disponibilidade de dados.
[2] FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. FAOSTAT. Disponível em: <http://faostat.fao.org/site/567/default.aspx#ancor>. Acesso em: 7 abr. 2016.
[3] GEIST, H. J. et al. Tobacco growers at the crossroads: Towards a comparison of diversification and ecosystem impacts. Land use policy, Guildford, v. 26, n. 4, p. 1066-1079, 2009.
[4] VAN LIEMT, G. The world tobacco industry: trends and prospects. Geneva: International Labour Office, 2002.
[5] The Top 5 Largest International Tobacco Companies. Disponível em: <http://www.top5ofanything.com/index.php?h=fb59add3>. Acesso em: 7 abr. 2016.
[6] Quociente do valor do volume total do mercado do tabaco dividido pelo valor estimado de tabaco em rama na porteira da fazenda.
[7] SHAFEY, O. et al. The tobacco atlas. 3. ed. Atlanta: American Cancer Society and World Lung Foundation, 2009.
[8] WORLD HEALTH ORGANIZATION. WHO report on the global tobacco epidemic, 2008: the MPOWER package. Geneva, 2008.

Nesse contexto, o cenário atual para o controle global do tabaco precisa ser mais bem compreendido, considerando seu impacto potencial sobre os meios de vida dos produtores de tabaco e a economia das regiões de seu cultivo.

Essas novas tendências aumentam a urgência em considerar medidas para a implementação do art. 17 pelas Partes nas regiões de cultivo do tabaco, especialmente onde o tabaco representa uma fonte significativa de renda para a economia nacional[9,10].

1.1.2 Demanda de trabalho na cadeia de produção de tabaco

A cadeia produtiva do tabaco exige mão de obra em três diferentes setores: agricultura, indústria (fabricação) e serviços, incluindo vendas e distribuição. O setor agrícola é composto por agricultores produtores de tabaco e trabalhadores contratados, não contratados, permanentes ou temporários, ou empregados contratados pelos agricultores.

O tabaco requer uma grande quantidade de mão de obra por hectare em comparação com muitas outras plantações, mesmo em propriedades mecanizadas. Um relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) estimou que, em 2003, 100 milhões de pessoas trabalhavam na indústria do tabaco, das quais apenas cerca de 1,2 milhões foram empregadas na fabricação, 40 milhões trabalharam na colheita e processamento da folha, e 20 milhões trabalharam em indústrias caseiras (como na produção de cigarros de enrolar, bidis ou *kretek* na Índia e na Indonésia, respectivamente). As 38,8 milhões de pessoas restantes trabalhavam nos processos e indústrias relacionadas ao tabaco, incluindo distribuição, vendas e promoção do uso do tabaco[11]. É importante, portanto, reconhecer todas essas pessoas como trabalhadores do tabaco (mesmo que trabalhem em meio período), no que se refere ao campo de implementação das opções de políticas e recomendações.

1.2 Culturas alternativas e meios de vida

Muitos países, incluindo os maiores produtores do mundo, estão adotando medidas para encontrar alternativas ao cultivo do tabaco. Em estudos realizados em várias regiões do mundo, diversas alternativas economicamente sustentáveis têm sido identificadas[12]. Para encontrar essas alternativas, os estudos devem abordar não só a renda e a rentabilidade do cultivo, mas os meios de vida dos agricultores. Um quadro metodológico para os meios de vida alternativos que aborde o problema de forma holística poderia construir uma ponte entre resultados acadêmicos e decisões políticas.

1.3 Riscos ocupacionais para os trabalhadores e agricultores produtores de tabaco

Vários riscos profissionais relacionados ao cultivo do tabaco são bem conhecidos, incluindo a doença da folha verde do tabaco e, como em muitos outros setores agrícolas, intoxicações por agrotóxicos, doenças respiratórias e dermatológicas e câncer. A doença da folha verde do tabaco[13], mais especificamente relacionada com o cultivo do tabaco, resulta da absorção cutânea da nicotina, que é agravada durante o manuseio de folhas úmidas, mas pode ser prevenida com o uso de equipamentos de proteção individual adequados[14]. Além disso, na produção de bidis, a exposição e a inalação de pó de tabaco, durante a fabricação, causam problemas respiratórios, especialmente em mulheres e crianças. Além disso, o ato de enrolar o bidi requer que os trabalhadores permaneçam sentados por várias horas em determinada postura, o que leva a transtornos musculoesqueléticos.

---

[9] GELLER, M. CORRECTED - British American Tobacco outlines cost of EU compliance. Reuters, New York, 29 abr. 2014. Disponível em: <http://uk.reuters.com/article/2014/04/29/brit-am-tobacco-germany-idUKL2N0NE19820140429>. Acesso em 7 abr. 2016.

[10] YAMAGUCHI, Y. Japan Tobacco Forecasts 17% Profit Drop Amid Restructuring. Bloomberg, 24 abr. 2014 Disponível em: <http://www.bloomberg.com/news/articles/2014-04-24/japan-tobacco-forecasts-17-profit-drop-on-restructuring-costs >. Acesso em: 7 abr. 2016.

[11] International Labour Organization Newsroom, 18 de setembro de 2003. Disponível em: http://www.ilo.org/global/about-theilo/newsroom/features/WCMS 071.230/lang-en/index.htm).

[12] Summary of possible alternative crops. Documento apresentado na terceira reunião do grupo de trabalho (em relação aos arts. 17 e 18 da CQCT/OMS), Genebra, Suíça, de 14 a 16 de fevereiro de 2012.

[13] OLIVEIRA, P. V. et al. First reported outbreak of green tobacco sickness in Brazil. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 26, n. 12, p. 2263-2269, 2010.

[14] A pesquisa do Brasil, realizada pela Universidade Federal de Pelotas, mostrou que o equipamento de proteção individual recomendado pela Associação Brasileira da Indústria do Fumo não foi eficiente para proteger os trabalhadores da doença da folha verde do tabaco.

1.4 Impacto sobre o emprego e a ruptura social

Em alguns países, duas questões em particular agravam a ruptura social e a pobreza causadas pelo cultivo do tabaco: o trabalho forçado e o trabalho infantil[15]. Uma visão geral da ruptura social causada pelo cultivo do tabaco foi apresentada na segunda reunião do grupo de estudo sobre alternativas economicamente sustentáveis para o cultivo do tabaco na Cidade do México em 2008[16].

A ruptura social causada pelo cultivo do tabaco deve ser abordada a partir de uma perspectiva de desenvolvimento, levando em consideração a pobreza, os contratos injustos e os trabalhos infantil e forçado. Tanto o trabalho infantil quanto o trabalho forçado devem ser abordados a partir de uma perspectiva de direitos humanos, pois essas práticas violam os direitos estabelecidos no direito internacional, em colaboração com as organizações internacionais relevantes, como a OIT, a Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef, do inglês United Nations Children's Fund) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

1.5 Impacto ambiental[17]

A degradação da floresta, o desmatamento para obter a madeira necessária para o processo de cura do tabaco e o desmatamento realizado pelos fumicultores para limpar a terra (por vezes compensando os níveis de nutrientes perdidos em terras cultivadas anteriormente), levam a alguns dos principais tipos de alteração de vegetação associados com as perdas da biodiversidade que resultam do cultivo do tabaco em muitos países em desenvolvimento[18].

Mesmo que a quota global das terras agrícolas utilizadas para a cultura do tabaco seja menor que 1%, o seu impacto no desmatamento global é maior[19]. Em alguns países, a pesquisa sugere que o cultivo do tabaco pode ser até dez vezes mais agressivo do que a soma de todos os outros fatores em relação ao desmatamento. O custo dos prejuízos socioecológicos é suportado quase exclusivamente pelos agricultores. O tabaco, sendo uma monocultura, esgota os nutrientes do solo[20]. É um cultivo que exige muitos insumos e, em certas circunstâncias, necessita de uma grande quantidade de pesticidas e fertilizantes[21]. O tabaco figura entre as dez culturas com as maiores taxas de uso de fertilizantes[22].

1.6 Práticas corporativas que enfraquecem a implementação de alternativas sustentáveis para o cultivo do tabaco

A indústria do tabaco defende que a implementação efetiva de alternativas sustentáveis para o cultivo do tabaco, bem como medidas no âmbito da CQCT/OMS para reduzir a demanda poderiam extinguir abruptamente os benefícios econômicos que a plantação do fumo traz. A contribuição econômica do cultivo do tabaco para as economias locais e nacionais, os números de emprego e o resultado nacional do comércio são geralmente mencionados pela indústria do tabaco[23]. Na realidade, o consumo anual geralmente diminui em frações de pontos percentuais, concedendo, assim, tempo para a adaptação dos produtores na diversificação de outras atividades de forma gradual e em combinação com a implementação de programas de ajustamento do governo. A mecanização do cultivo do tabaco e a concorrência no comércio internacional geralmente têm maior contribuição na redução dos empregos[24]. Portanto, a argumentação da indústria do tabaco está incorreta. Além disso, as Partes devem agir para proteger a implementação dos arts. 17 e 18 da CQCT/OMS contra os interesses comerciais e outros interesses criados pela indústria do tabaco (interferência), de acordo com o art. 5.3 da Convenção e das diretrizes para a sua implementação.

[15] International Labour Organization conventions on child labour.
[16] OTAÑEZ, M. Social disruption caused by tobacco growing. Cidade do México: [s.n.], 2008. Disponível em: < http://ilrf.org/sites/default/files/publications-and-resources/social-disruption-caused-by-tobacco-growing.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2016.
[17] Essa seção se baseia na seção correspondente do documento CQCT/OMS/COP/3/11 (página 4, parágrafo 17).
[18] YANDA, P. Z. Impact of small scale tobacco growing on the spatial and temporal distribution of Miombo woodlands in Western Tanzania. Journal of Ecology and the Natural Environment, Ebène, v. 2, p. 10-16, 2010.
[19] GEIST, H. Global assessment of deforestation related to tobacco farming. Tobacco Control, London, v. 8, p. 18-28, 1999.
[20] GOODLAND, J. A.; WATSON, C.; LEDEC, G. A Environmental management in tropical agriculture. Boulder: Westview Press, 1984.
[21] FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. Fertilizer use by crop. Rome, 1999.
[22] FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. Fertilizer use by crop. Rome, 2006.
[23] ASSUNTA, M. Tobacco industry's ITGA fights FCTC implementation in the Uruguay negotiations. Tobacco Control, London, 26 maio 2012.
[24] WORLD HEALTH ORGANIZATION. Tobacco industry interference with tobacco control. Geneva, 2008.

2. OBJETIVO, ESCOPO E APLICABILIDADE

2.1 O objetivo dessas recomendações é oferecer às Partes um quadro de trabalho geral dentro do qual elas possam adotar políticas abrangentes e medidas eficazes, necessárias ao cumprimento das obrigações previstas nos arts. 17 e 18 da CQCT/OMS.

2.2 As recomendações visam a orientar as Partes na implementação de políticas que promovam o estabelecimento de mecanismos inovadores para o desenvolvimento de meios de vida alternativos sustentáveis para os agricultores produtores de tabaco e seus trabalhadores com relação aos arts. 17 e 18 da CQCT/OMS.

2.3 Recomenda-se que as Partes construam programas de desenvolvimento relacionados à promoção de segurança alimentar e de mercados viáveis que cubram todos os aspectos das alternativas ao cultivo do tabaco, incluindo a viabilidade econômica e a proteção ambiental. Agências governamentais, especialmente aquelas com uma forte influência em áreas rurais, têm um papel importante a desempenhar no apoio à diversificação dos meios de vida em regiões de cultivo do tabaco, por meio de um conjunto de políticas e medidas, incluindo a oferta de treinamento para os trabalhadores e produtores de tabaco e suas famílias. As instituições internacionais e as organizações de agricultores também devem desempenhar um papel importante no desenvolvimento e na implementação da política (ver Princípio 2 nos Princípios Norteadores).

2.4 As políticas e os programas de promoção ou mudança para meios de vida alternativos podem ser planejados por etapas e em prazos determinados. Simultaneamente, programas de reconversão profissional para os produtores e trabalhadores devem ser desenvolvidos, e informações a esse respeito devem ser compartilhadas com as partes interessadas. Os custos de ajustamento da oferta, na medida em que a demanda diminui, serão estendidos ao longo das décadas. Assim, os custos de transição também serão distribuídos por um longo período. Os países devem orientar programas educacionais e campanhas de informação apoiadas por dados e evidências, a fim de impedir qualquer tentativa de desinformar os agricultores sobre os meios de vida alternativos sustentáveis disponíveis aos produtores e trabalhadores do tabaco. Os países que cultivam tabaco devem fixar objetivos realistas e metas em função da sua condição dominante e da capacidade de implementar estratégias para fornecer meios de vida alternativos para produtores e trabalhadores do tabaco.

2.5 Embora as medidas recomendadas aqui devam ser aplicadas pelas Partes tão amplamente quanto necessárias, as Partes são fortemente encorajadas a aplicar medidas, além das recomendadas, quando de sua adaptação às circunstâncias específicas, a fim de alcançar os objetivos dos arts. 17 e 18 da CQCT/OMS, desde que não prejudiquem os meios de vida dos produtores de tabaco e dos trabalhadores que têm necessidade em mudar para atividades ou plantações alternativas. A CQCT/OMS não visa a penalizar os agricultores produtores de tabaco e trabalhadores, mas a promover alternativas economicamente viáveis para eles, bem como para varejistas de pequeno porte que serão afetados por uma redução do consumo de tabaco.

3. PRINCÍPIOS NORTEADORES

Princípio 1: A diversificação dos meios de vida deve ser o conceito norteador para a implementação das alternativas economicamente sustentáveis para o cultivo do tabaco

O conceito de diversificação de meios de vida é baseado no fato de que quanto mais diversificada for uma unidade produtiva, mais provável será que os agricultores tenham escolhas mais amplas para diversificar suas alternativas econômicas e produtivas. A diversificação da abordagem dos meios de vida não significa meramente o plantio de outros produtos nos intervalos entre o cultivo do tabaco ou associados a ele (cultivo intercalado). Isso vai além da ideia da substituição de um cultivo por outro. Um conjunto maior de oportunidades e alternativas é fundamental para o estabelecimento de estratégias bem-sucedidas de diversificação de meios de vida, especialmente combatendo as diversas formas de vulnerabilidade a que as famílias produtoras de tabaco estão expostas, principalmente nas zonas rurais pobres. Essas alternativas devem proporcionar oportunidades que permitam aos fumicultores melhorarem sua saúde e seu bem-estar socioeconômico. Portanto, é importante que a diversificação dos meios de vida vá além do nível da produção e do cultivo do tabaco e seja integrada à estratégia de desenvolvimento mais amplo que facilite uma implementação bem-sucedida e sustentável dos programas de diversificação.

Isso significa que as políticas de implementação dos arts. 17 e 18 devem ser integrais, abrangendo não apenas as dimensões econômicas e produtivas, mas também os aspectos que possam influenciar o bem-estar e a qualidade de vida dos trabalhadores, bem como a proteção ao meio ambiente. A abordagem dos meios de vida identifica cinco tipos de capital – capital natural (terras ou criação de animais de produção), capital humano (trabalho e educação), capital físico (infraestrutura), capital financeiro (poupança, renda) e capital social (rede de relações e estruturas sociais) – dos quais as famílias dependem no contexto das estratégias de meios de vida.

Princípio 2: Os agricultores produtores de tabaco e os trabalhadores devem estar engajados no desenvolvimento de políticas a respeito dos arts. 17 e 18, de acordo com o art. 5.3 da CQCT/OMS e suas diretrizes

Os agricultores produtores de tabaco e os trabalhadores devem estar envolvidos no processo de desenvolvimento da política relativa aos arts. 17 e 18, bem como na sua execução, em conformidade com a legislação nacional, por meio de uma abordagem ascendente e territorial, certificando-se de que a sua participação esteja protegida dos interesses comerciais e outros interesses criados pela indústria do tabaco.

É necessário adotar políticas públicas e enfoques intersetoriais a fim de aproveitar ao máximo os recursos e as oportunidades existentes. Para responder melhor a esses e outros aspectos, é preciso promover e incentivar a participação dos agricultores nos processos de tomada de decisões, proporcionando canais adequados para que eles expressem suas necessidades e preocupações.

Princípio 3: Políticas e programas para promover meios de vida alternativos economicamente sustentáveis devem estar baseados nas melhores práticas e ligados a programas de desenvolvimento sustentável

Uma mudança bem-sucedida do cultivo do tabaco para as atividades econômicas alternativas requer rentabilidade, prestação de assistência técnica, pesquisa, desenvolvimento de capacidades, promoção de organização comunitária e apoio de mercado e social, com especial ênfase para o período de transição. Quando adequado, mecanismos financeiros devem ser desenvolvidos.

As alternativas devem ser realizadas sob os princípios da promoção do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza, reforçando a capacidade dos produtores em gerir os recursos naturais de forma sustentável, com menores impactos ambientais, aumentando a eficiência dos recursos e reduzindo a produção de resíduos.

As políticas para promover meios de vida alternativos economicamente sustentáveis devem ser abrangentes, multissetoriais e coerentes com o objetivo da CQCT/OMS, o que significa levar em conta não apenas a viabilidade econômica de curto prazo da produção da folha de tabaco, mas também todos os custos ocultos e externos do cultivo e processamento do tabaco. Os governos devem evitar medidas que incentivem novas entradas no cultivo do tabaco ou que desencorajem os produtores existentes a procurarem alternativas ao cultivo do fumo. Quando apropriado, os mecanismos de financiamento devem incluir disposições institucionais especiais para promoção de cultivo, educação, comunicação e/ou formação alternativas. Esforços também devem ser feitos para integrar tais políticas em regimes ou programas governamentais existentes para promover o desenvolvimento sustentável.

Princípio 4: A promoção de meios de vida alternativos economicamente sustentáveis deve ser realizada num quadro holístico que abranja todos os aspectos dos meios de vida dos produtores de tabaco e seus trabalhadores (incluindo aspectos da saúde, econômicos, sociais e de segurança ambiental e alimentar)

As atividades de diversificação precisam ser incorporadas nas ações de desenvolvimento agrário, por meio de políticas públicas adequadas que garantam a qualidade de vida para os agricultores e a população agrária como um todo. Tais políticas devem ter como objetivo o pleno aproveitamento dos recursos locais e regionais existentes.

Cada agricultor produtor de tabaco tem o direito de ser devidamente informado sobre os riscos que o cultivo do fumo representa para a sua saúde e para o meio ambiente e sobre como preveni-los (ver também seção 4.2). Os programas e as políticas nacionais para proteger a saúde dos trabalhadores e do ambiente também devem abordar os riscos relacionados com a produção de tabaco.

Recursos humanos, materiais e financeiros adequados são exigidos para estabelecer e sustentar a promoção dos meios de vida alternativos em níveis local, municipal, nacional ou federal, regional e internacional.

Princípio 5: Políticas que promovam meios de vida alternativos economicamente sustentáveis devem ser protegidas dos interesses comerciais e de outros interesses criados pela indústria do tabaco, incluindo as "empresas de primeira transformação", de acordo com o art. 5.3 da CQCT/OMS e suas diretrizes

Existe um conflito fundamental e irreconciliável entre os interesses da indústria do tabaco e a saúde pública. A indústria do tabaco produz e promove um produto que foi comprovado cientificamente como causador de dependência química, doenças e mortes, e que origina uma variedade de males sociais, incluindo o aumento da pobreza. Portanto, as Partes devem proteger a formulação, a implementação e o financiamento dos mecanismos para implementação dos arts. 17 e 18 da CQCT/OMS contra a interferência da indústria do tabaco. Essa deve ser responsabilizada em relação aos danos ambientais e de saúde comprovadamente causados pelo cultivo do tabaco, pelas atividades ligadas à sua plantação e cadeia de fornecimento, e garantir o respeito aos direitos humanos para aqueles que trabalhem nessa área.

Princípio 6: Devem ser estabelecidas parceria e colaboração na implementação dessas opções e recomendações de políticas, incluindo a prestação de assistência técnica e/ou financeira

Os recursos humanos, materiais e financeiros adequados, quando apropriado, deverão estar disponíveis para estabelecer e sustentar a promoção de meios de vida alternativos em níveis local, municipal, nacional ou federal, regional e internacional. Para garantir a sustentabilidade do programa, as fontes de financiamento existentes devem ser utilizadas, e outras fontes potenciais devem ser exploradas, de acordo com o art. 26 da CQCT/OMS. Quando adequado, as Partes também devem considerar a criação de incentivos para a promoção, o apoio ou a mudança para meios de vida alternativos e evitar incentivos ao cultivo do tabaco.

A cooperação internacional, o apoio mútuo, a transferência de tecnologia de baixo custo e a troca de informações, conhecimentos e capacidades técnicas relevantes são de vital importância para o fortalecimento da capacidade das Partes em cumprir suas obrigações nos termos dos arts. 17 e 18 da CQCT/OMS e para combater com êxito as consequências socioeconômicas e ambientais da produção de tabaco em todos os níveis. A obrigação em cooperar no desenvolvimento de medidas, procedimentos e orientações eficazes para a implementação da Convenção, e em cooperar com as organizações internacionais e regionais, além de usar mecanismos de financiamento bilaterais e multilaterais derivam dos arts. 4.3, 5.4, 5.5, 20, 21, 22 e 26 da Convenção.

4. IDENTIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ESTRATÉGIAS EFETIVAS PARA CULTIVOS E MEIOS DE VIDA ALTERNATIVOS E PARA A PROTEÇÃO DOS PRODUTORES E DO MEIO AMBIENTE CONTRA OS RISCOS RELACIONADOS À PRODUÇÃO DO TABACO

Algumas das razões pelas quais os agricultores preferem continuar com o cultivo do tabaco:

- contratos de entrega são estabelecidos entre os agricultores produtores de tabaco e os primeiros processadores que dão "segurança" para as vendas de tabaco em folha; em alguns casos, os primeiros processadores oferecem empréstimos e outros incentivos para o cultivo do fumo, e a indústria do tabaco cria uma zona de conforto, assegurando mercado e suprimentos;

• muitas comunidades agrícolas são completamente dependentes da produção de tabaco e, em muitos casos, há, em nível local, uma relação simbiótica entre os políticos, os gestores e a indústria do tabaco, o que pode explicar, por vezes, a falta de vontade política suficiente para desenvolver alternativas;

• a crença entre os agricultores produtores de tabaco e os trabalhadores de que o lucro líquido do cultivo do tabaco é maior do que o de qualquer outro cultivo;

• crenças e hábitos culturais – em algumas regiões, o cultivo do tabaco é realizado por gerações sucessivas, juntamente com a transmissão de hábitos culturais;

• incertezas sobre oportunidades de obter rendas alternativas, oportunidades de mercado para o cultivo alternativo e falta de recursos para investir em outros tipos de plantações;

• os agricultores são conservadores em relação à evolução das práticas estabelecidas;

• nas regiões onde a irrigação é inadequada ou onde existem condições adversas de solo e climáticas, o tabaco é cultivado por causa de sua resistência à seca e porque, sob tais condições agrícolas, acredita-se que o lucro líquido do tabaco seja maior que qualquer outro cultivo.

Recomendações

As estratégias de diversificação devem conter oportunidades tanto agrícolas quanto não agrícolas, incluindo a mudança de um produto agrícola para outro. No entanto, a substituição de uma atividade econômica por outra não resolve completamente o problema da pobreza e da vulnerabilidade dos produtores de tabaco e seus trabalhadores, típico de agentes econômicos do setor primário.

As estratégias de diversificação deverão incluir uma visão de desenvolvimento sustentável do setor agrário. Deverão incluir sistemas produtivos diversificados que permitam alcançar a segurança alimentar, suprir a escassez das cadeias ligadas aos mercados locais, e propor uma combinação de atividades agrícolas e não agrícolas.

Tais estratégias de diversificação também devem aumentar a gama de atividades e produtos oferecidos, ampliando o acesso aos mercados como uma alternativa às limitações sazonais e à estagnação da renda agrícola. Ainda devem promover inovação e melhorias técnicas nas propriedades agrícolas, a fim de economizar recursos por meio de novas formas de manuseio e uso de plantas, produção animal e terra. Isso resultaria em um aumento do número de atividades desenvolvidas e dos recursos nas propriedades.

As estratégias de diversificação devem promover novas formas de cooperação e interação local que possam refletir sobre a escala de lucros e a redução de custos de transação. Essas mudanças devem produzir novos níveis de satisfação entre os agricultores, promover uma maior interação entre consumidores e clientes e garantir mais flexibilidade para a adaptação.

As estratégias de diversificação devem se ajustar à demanda do mercado, e as políticas adotadas devem se basear na dinâmica do mercado.

As regiões com estratégias econômicas diversificadas locais devem criar ambientes favoráveis para a integração setorial entre agricultura, comércio, indústria e serviços. A diversidade regional deve produzir maior estabilidade e reduzir as vulnerabilidades resultantes da flutuação do mercado de trabalho e das fontes de renda. As economias de escala devem reduzir os custos de transação e produzir externalidades territoriais positivas.

Esse período de transição do cultivo do tabaco a um modo de vida alternativo também exige a implementação de iniciativas intersetoriais que forneçam aos agricultores uma variedade mais ampla de recursos e oportunidades. Tais iniciativas deverão ter uma orientação para o mercado e não serão baseados em pressupostos protecionistas. Essa transição deve promover estratégias de desenvolvimento que fortaleçam a autonomia dos agricultores, diversifiquem os rendimentos agrícolas e não agrícolas, transformem a base técnica para permitir uma transição para a agroecologia, recuperem a fertilidade do solo, preservem a biodiversidade, produzam externalidades territoriais e deem atenção aos objetivos da saúde pública.

4.1 Promoção de pesquisas

A pesquisa deve ser realizada sempre que necessária, de forma abrangente, e deve compreender todos os elementos ligados ao cultivo do tabaco, incluindo a rentabilidade, mas também os custos ambientais, socioeconômicos e da saúde. Além disso, a qualidade de vida que os agricultores obtêm por meio da produção de diferentes cultivos deve ser quantificada e incluída na análise. O tamanho da demanda e do mercado de tabaco e outros cultivos alternativos devem ser comparados. A pesquisa deve considerar as questões de impacto ao meio ambiente, desenvolvimento e diminuição da pobreza. Os tomadores de decisão precisam estar ativamente envolvidos no trabalho dos pesquisadores. As organizações internacionais devem também ser encorajadas a prestar apoio técnico à pesquisa em nível nacional.

A pesquisa deve incluir estudos de viabilidade sobre os seguintes aspectos:

(a) **Identificação do perfil e principais características do setor do tabaco e da economia da produção de tabaco bruto**. Isso deve incluir, quando aplicável, um levantamento completo de todas as atividades relacionadas ao cultivo do tabaco, incluindo: número de agricultores produtores de tabaco e trabalhadores, tamanho das propriedades e número de produtores e trabalhadores por classe de tamanho, quantidade de produção de tabaco por classe de tamanho de propriedade, idade e distribuição por sexo dos produtores e trabalhadores, nível de escolaridade dos produtores e trabalhadores, variedade de tabaco produzido, número de trabalhadores empregados pelas propriedades agrícolas, bem como o número de dias de trabalho para os membros da família e os trabalhadores do tabaco.

(b) **Estudos de previsão de demanda na produção de alimentos**. Para cada país, quando adequado, deve ser realizada uma previsão sobre as necessidades alimentares futuras e o impacto potencial do cultivo de alimentos, legumes, frutas ou qualquer outro cultivo alternativo, juntamente com uma previsão de preço para produtos alimentares. Os governos também devem identificar oportunidades, tais como os programas existentes de aquisição de alimentos, quando adequado. Os dados de padrões de uso da terra devem ser coletados em áreas de produção de tabaco, para descobrir se as terras utilizadas para o cultivo de alimentos foram transformadas em terras para o plantio do tabaco ou vice-versa.

(c) **Estudos de impacto ambiental e de saúde**, quando adequado. Cada país deve comparar os impactos da produção do tabaco com os cultivos alternativos, em relação aos níveis de desmatamento, degradação da floresta, poluição da água, níveis de erosão do solo e de infertilidade, efeitos da alteração climática, impacto sobre a vida selvagem e outros efeitos ecológicos. Os impactos devem ser ligados aos fertilizantes e agrotóxicos utilizados nos cultivos de tabaco e outros produtos, para identificar as principais fontes de preocupação que as políticas devem abordar. A avaliação do impacto de saúde relacionada com a produção do tabaco também deve ser incluída como parte de programas de vigilância da saúde nacional.

(d) **Aspectos econômicos da produção de tabaco bruto**. Quando adequado, é necessário realizar estudos atualizados sobre os aspectos econômicos da produção do tabaco para cada país e cada variedade de cultivo de tabaco. As pesquisas sobre o trabalho desenvolvido no cultivo do tabaco devem enfocar também os aspectos econômicos relacionados com as mudanças dos usos alternativos da terra, incluindo os fatores que possam influenciar na decisão dos agricultores em cultivar ou não o tabaco, conforme o caso.

(e) **Conjunto de informação padrão para alternativas**. Quando adequado, para cada alternativa identificada, um conjunto de informação deve ser obtido, incluindo informações sobre requisitos agrícolas, rendimento, cadeia de valor agregado, normas, mercado, preços, comércio internacional e outros fatores econômicos. Para cada alternativa identificada, um estudo completo de viabilidade deve ser preparado. Especialistas internacionalmente reconhecidos podem ser convidados a fornecer as recomendações políticas necessárias sobre alternativas específicas.

(f) **Lista de prioridades**. Com base na informação obtida nos passos (a) a (e) pode ser estabelecida uma lista para cada região produtora de tabaco de possíveis cultivos alternativos e que poderão ser considerados no momento de realizar os estudos de campo.

(g) **Testes de campo**. Quando adequados, os testes de campo podem ser usados para estabelecer a viabilidade econômica de cultivos alternativos. Eles devem ser conduzidos no campo com produtores de tabaco e trabalhadores e não sobre uma base experimental nas áreas agrícolas dos institutos de pesquisa ou universidades. Os estudos regulares sobre cultivos alternativos devem ser feitos simultaneamente nas principais regiões produtoras de tabaco antes de qualquer conclusão sobre a mudança de cultivo. Os testes de campo devem seguir abordagem e metodologia padronizadas.

(h) **Desenvolvimento de um plano de atividades**. Quando adequado, uma vez que os testes de campo sejam concluídos com êxito e os agricultores estejam convencidos sobre a alternativa, um plano de atividades deve ser desenvolvido, incluindo a transformação das matérias-primas em produtos de valor agregado (cadeia de valor agregado).

A participação de organizações relevantes, incluindo as organizações não governamentais (ONG), é essencial. Os centros de informação e suporte (ver seção 4.8), quando adequado, também devem ser operativos nesse estágio e colocados no planejamento, no treinamento e na entrega de serviços, incluindo a avaliação dos testes de campo.

Todas as informações derivadas dos passos de (a) a (h) exigirão padronização de metodologia e abordagem, por exemplo, um questionário padronizado, e também devem ser disponibilizadas numa base de dados internacional (ver seção 6.5). Devem ser feitos esforços para transformar a pesquisa em ação. Isso deve incluir a realização de mais pesquisas para transpor lacunas de conhecimento, melhorar e desenvolver novas aplicações e estudos de mercado, e, dessa forma, melhorar as oportunidades de mercado para cultivos alternativos em favor dos produtores de tabaco e seus trabalhadores. Isto pode ser uma tarefa, quando adequado, realizada pelos centros de informação e apoio.

Devem ser considerados também experiências, estudos, projetos, testes de campo etc. já realizados. Os recursos financeiros podem ser levantados por meio de várias fontes, incluindo receitas provenientes do setor do tabaco, de acordo com as leis nacionais.

Resultados esperados

1. Informações sobre a situação atual, as tendências na produção de tabaco e a cadeia econômica mundial, com base em um questionário padronizado, incluindo o número de pessoas envolvidas em todas as atividades, tipos de trabalho e meios de vida dos produtores de tabaco, entre outras informações relevantes.

2. Estudos atualizados sobre impactos para a saúde e o meio ambiente em consequência do cultivo do tabaco por região em cada país.

3. Obtenção de previsões atualizadas da demanda de várias plantações relevantes em relação à segurança alimentar por país.

4. Criação de um amplo banco de dados sobre os aspectos econômicos da produção de tabaco bruto por região e variedade, com base em uma metodologia padronizada.

5. Identificação de alternativas ao tabaco economicamente viáveis e obtenção de dados relacionados com as suas respectivas cadeias econômicas.

6. Elaboração de uma lista de prioridades de alternativas ao tabaco para os testes de campo definida para cada país, apoiada por resultados de pesquisa realizados por institutos de pesquisa ou universidades, com base em uma metodologia padronizada.

7. Elaboração de um plano de negócios desenvolvido sobre a cadeia de valor agregado de cada alternativa ao tabaco identificada por país.

4.2 Desenvolvimento de programas de educação e formação para os trabalhadores e produtores

É essencial entender a composição dos grupos-alvo em termos de sexo, idade, etnia e nível de escolaridade no desenvolvimento de programas educacionais. A pesquisa deve ser conduzida nos países afetados, quando adequado, e, antes de moldar programas educacionais, dois pontos principais devem ser considerados:

1. A formação de instrutores é o melhor meio de assegurar as aptidões necessárias em relação aos cultivos alternativos para os produtores de tabaco e seus trabalhadores. O propósito da "formação em cascata" é passar conhecimento e habilidades teóricas e práticas para os profissionais que trabalham em diferentes níveis (por exemplo, níveis distrital ou local). Para ensinar um instrutor como treinar bem, a abordagem "aprender fazendo" é considerada a melhor técnica. Além disso, a interação é inestimável para o treinamento efetivo. As associações de agricultores devem ser apoiadas a desenvolver as habilidades necessárias para os agricultores na produção de novos plantios.

2. Boas Práticas Agrícolas (GAP, do inglês, Good Agricultural Practices) para o cultivo de produtos alternativos economicamente viáveis deveriam ser integradas na grade curricular das escolas agrícolas e na educação e formação das escolas rurais para os agricultores em regiões de plantio do tabaco e nos programas de formação das autoridades competentes[25]. O cultivo do tabaco, assim como o de outros produtos, deve aderir ao conceito de GAP, o qual é reconhecido, quando aplicável, nas Partes em relação a todas as operações em sistemas de cultivo, incluindo a gestão do solo, o controle de pragas, a gestão da água, bem como o uso e aplicação de agroquímicos, fertilizantes e máquinas.

O programa educacional deve também seguir os princípios do desenvolvimento sustentável nas suas três dimensões (social, econômica e ambiental) e incluir a construção de capacidades para a gestão de recursos naturais de maneira sustentável e a gestão de novas atividades com menores impactos ambientais, maior eficiência dos recursos e redução de resíduos.

Os programas de educação devem incluir a divulgação de informações sobre os efeitos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente da produção do tabaco, tanto para os consumidores quanto para os produtores de tabaco e seus trabalhadores. Devem também ser fornecidas informações aos agricultores sobre as opções disponíveis para cultivo alternativo, formação profissional e meios de vida, apoio técnico, ganhos líquidos, e benefícios da saúde, sociais e econômicos.

4.3 Eliminação dos obstáculos à diversificação ou à mudança para alternativas ao cultivo do tabaco

A viabilidade econômica do cultivo alternativo é muitas vezes a chave para a indução de pequenos produtores de tabaco e trabalhadores a trocarem seu tipo de produção. No entanto, uma vez que o tabaco também gera receita substancial para os governos, especialmente os governos locais, a vontade política em promover cultivos alternativos ao tabaco pode não existir, mesmo que um cultivo alternativo rentável seja capaz de produzir um lucro mais elevado do que o tabaco para os agricultores. Em alguns casos, a indústria do tabaco tenta se antecipar à implementação do art. 17 da CQCT/OMS, convencendo os governos locais a participarem de sua proposta de programa de diversificação, que poderia consistir em culturas de subsistência entre as épocas de colheita do tabaco.

As Partes devem, quando apropriado, mitigar ou remover quaisquer obstáculos identificados que impeçam os agricultores de deixar o cultivo do tabaco, o que pode incluir dívidas relacionadas com o fumo e trabalho forçado e/ou infantil. As Partes que enfrentam essas preocupações devem adotar medidas que incluem a facilitação da criação de instituições para ajudar nesse assunto, fortalecendo os instrumentos internacionais existentes, tais como as convenções da OIT, e proporcionando as opções necessárias para os agricultores. Há três obstáculos principais:

1. Recursos financeiros limitados para manter as atividades regionais nos estados e municípios. Essa barreira deve ser superada pela implementação de um quadro financeiro de longo prazo e/ou por meio da inclusão de programas de diversificação em áreas de produção de tabaco na política nacional de desenvolvimento rural (ver seção 6.3).

[25] POISOT, A. S.; SPEEDY, A.; KUENEMAN, E. Good agricultural practices: a working concept: background paper for the fao internal workshop on good agricultural practices. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2004 (FAO GAP Working Paper, n. 5).

2. Interferência da indústria do tabaco (*lobby*) exercida nos órgãos legislativos e sobre os tomadores de decisões políticas.

3. Situação socioeconômica dos produtores de tabaco e trabalhadores. A maioria dos fumicultores e trabalhadores, principalmente nos países em desenvolvimento, têm propriedade de terra muito limitada ou têm acesso à terra arável apenas por meio de arrendamento ou plantação compartilhada. Por isso, eles precisam de um cultivo com alta rentabilidade. Na maioria dos casos, os produtores de tabaco não têm recursos financeiros próprios para investir em suas propriedades e tornar outros cultivos viáveis. Além disso, muitos fumicultores também recebem empréstimos e assistência dos primeiros processadores na celebração de um contrato de fornecimento de tabaco bruto. Esses empréstimos são fortes incentivos para o agricultor cultivar tabaco. É possível que, em qualquer cenário, os agricultores sejam vulneráveis e fiquem frequentemente presos pela indústria do tabaco em um círculo vicioso de dívida. É difícil quebrar esse círculo e isso deve ser reconhecido como sendo um dos desafios a serem superados, principalmente com o apoio de programas e políticas governamentais.

4.4 Mantendo a coerência entre as políticas dos diferentes ministérios ou departamentos

A coordenação intersetorial é desejável para assegurar que todos os setores envolvidos no cultivo do tabaco apoiem a diversificação de cultivos e meios de vida alternativos. As Partes devem se esforçar para assegurar a coerência entre as políticas dos diferentes ministérios, departamentos ou órgãos equivalentes, de acordo com a CQCT/OMS, para gerar sinergia em suas atividades.

A coerência e a coordenação entre os diversos mecanismos de financiamento e as iniciativas relacionadas com o desenvolvimento sustentável também são cruciais para apoiar a diversificação em áreas de produção de tabaco. Devem ser criados canais para redirecionar os recursos financeiros para atividades de diversificação e de desenvolvimento rural, incluindo os meios de vida alternativos. O financiamento público e os incentivos diretamente ligados ao cultivo do tabaco devem ser interrompidos, em conformidade com a legislação e as políticas nacionais, considerando eventuais efeitos negativos sobre os plantadores de tabaco.

Ações propostas

1. Os países produtores de tabaco não devem encorajar e fornecer quaisquer incentivos para aumentar a área de terra usada para o cultivo do tabaco.

2. Os países produtores de tabaco devem considerar a realocação de financiamentos e subsídios públicos utilizados na produção do tabaco para atividades de meios de vida alternativos.

4.5 Identificação e regulação das estratégias da indústria do tabaco que promovem o cultivo e a fabricação de produtos de tabaco

Quando adequado, as Partes devem desenvolver políticas que protejam os plantadores de tabaco e os trabalhadores de quaisquer práticas da indústria do tabaco que fixam preços ou condições desfavoráveis para os agricultores, e de violações dos direitos trabalhistas e outras práticas ilícitas disfarçadas de "responsabilidade social corporativa".

As organizações da sociedade civil podem ser importantes aliadas no monitoramento e na denúncia dessas práticas ilícitas.

As Partes devem, utilizando instrumentos adequados, criar ou melhorar os mecanismos de regulação para o controle e a fiscalização das atividades da indústria em matéria de relações de trabalho e saúde dos trabalhadores.

As Partes devem identificar e regular as práticas de **produção agrícola** que levam à degradação ambiental, particularmente as práticas de cultivo do tabaco. As Partes devem desenvolver políticas para promover a autonomia dos agricultores e aplicar as regras da responsabilidade social corporativa em relação aos agricultores. É importante, portanto, a realização de programas de sensibilização para parceiros locais e agricultores sobre os benefícios dos meios de vida alternativos de curto, médio e longo prazos.

4.6 Integração das opções alternativas de cultivo e meio de vida nos programas governamentais de desenvolvimento rural

A integração de opções alternativas de cultivo e meios de vida, quando adequada, deve fazer parte da mais ampla agenda dos governos e deve ser incorporada ao planejamento plurianual, alinhada às políticas rurais de desenvolvimento e aos requisitos de segurança alimentar. É importante construir mecanismos para promover a participação efetiva dos governos estaduais e municipais, dada a sua relevância para as atividades diretamente relacionadas aos agricultores. Os governos devem garantir a ação governamental abrangente e de longo prazo nesse assunto, em conformidade com o art. 5º da CQCT/OMS.

4.7 Estabelecimento de mecanismos de apoio aos meios de vida alternativos dentro do sistema existente.

Durante o período de transição do cultivo do tabaco, a existência de políticas públicas com abordagens intersetoriais é essencial, a fim de dar pleno acesso a recursos e oportunidades existentes. Essas políticas não devem assumir qualquer caráter protecionista, mas devem oferecer apoio governamental aos agricultores por meio de mecanismos para fortalecer o processo de tomada de decisão, facilitando a identificação de desafios a serem enfrentados que necessitem ser abordados.

Os agricultores produtores de tabaco e os trabalhadores devem ser envolvidos na tomada de decisões e devem, portanto, receber canais adequados para expressar suas necessidades e preocupações (ver Princípio 2, em Princípios Norteadores). A seguir, apresenta-se uma lista não exaustiva de exemplos de medidas que podem ser utilizadas para promover a mudança para meios de vida alternativos entre os agricultores produtores de tabaco e os trabalhadores, conforme o caso, em contextos nacionais.

- **Crédito rural** (investimento e custeio das despesas) - com ênfase em crédito para investimento e com um período de carência e prazos compatíveis com os programas de diversificação ou de conversão. A ênfase deve ser colocada em programas de crédito que permitam a agregação de valor pelos próprios agricultores, por meio de cooperativas, associações ou agroindústrias familiares.

- **Aquisição de alimentos para programas de segurança alimentar** - que deverá permitir a compra para mercados institucionais (tais como escolas, hospitais e prisões), além de permitir compras para distribuição simultânea e para a formação de estoques reguladores.

- **Garantia de preço da agricultura familiar** - como uma forma de garantir o rendimento, e associado com o seguro agrário da agricultura familiar.

- **Assistência técnica e extensão rural** - que devem ser abrangentes e qualificadas, e integrar organizações estatais, organizações não governamentais e agricultores que sejam capazes de disseminar experiências e conhecimentos.

- **Reforma agrária e de crédito** - tendo em conta o fato de que muitos produtores de tabaco são parceiros e arrendatários ou proprietários de pequenas áreas de terra.

- **Organização social e econômica** - para descobrir quais possíveis cultivos e atividades alternativas seriam capazes de proporcionar um rendimento semelhante aos agricultores produtores de tabaco em níveis semelhantes de emprego às áreas de produção de tabaco.

- **Infraestrutura e serviços** - para garantir que os plantadores de tabaco que desejem mudar do tabaco para outros cultivos recebam apoio necessário para uma cadeia alternativa.

- **Seguro de cultivo e renda** - para criar empresas de seguro de colheitas nacionais que promovam estabilidade econômica da agricultura por meio de um sistema confiável e viável de produção agrícola.

- **Cooperativas** - devem ser estabelecidos programas para fortalecer cooperativas de agricultores que facilitem a transição para cultivos e meios de vida alternativos, especialmente por meio do envolvimento de organizações não governamentais. Recomenda-se firmemente que seja conduzida

uma avaliação posterior dos casos de agricultores que migraram com sucesso para outros cultivos, e que essa informação seja disponibilizada ao público.

- **Atividades de promoção** - quando adequado, devem ser conduzidas por uma câmara de cultivos alternativos ao tabaco, como as câmaras do tabaco, café ou chá que existem em alguns países.

A diversificação produtiva em regiões produtoras de tabaco é um meio seguro para a emancipação de agricultores da dependência do cultivo do tabaco, especialmente os mais pobres. A fim de alcançar esse objetivo com sucesso, o processo deve ser sustentado com base em: (a) entendimento correto do processo de tomada de decisão pelos agricultores envolvidos na produção de tabaco; (b) uma estratégia de intervenção que englobe ações apoiadas pelas políticas públicas que facilitem a sensibilização e motivem os agricultores a aderirem a meios de vida alternativos e novas cadeias de fornecimento com demandas sustentáveis para os seus produtos.

O Apêndice 2 descreve os elementos principais de um quadro metodológico para a construção da dinâmica de diversificação produtiva em regiões produtoras de tabaco.

4.8 Criação de centros de informação e de apoio aos meios de vida alternativos

A necessidade de meios de vida alternativos para os produtores de tabaco e trabalhadores difere entre os países. Geralmente está disponível nos países o conhecimento necessário para o cultivo, a transformação, o processamento e a comercialização de produtos alimentares cultivados como alternativa ao tabaco, no contexto da diversificação para a segurança alimentar. O plantio de lavouras conhecidas e já cultivadas nesses países também não deve apresentar grandes problemas. No entanto, o cultivo de outros produtos alternativos, tais como aqueles para biocombustível, exigirá a criação de centros de informação e apoio para fornecer assessoria especializada no cultivo e na produção, assistência técnica e informação comercial sobre novas espécies e variedades de vegetais. Os centros de informação e de apoio devem também agir como laboratórios de consulta e referência.

Como a diversificação do cultivo do tabaco é uma tarefa de longo prazo, o auxílio financeiro para os centros de informação e apoio que realizam esse trabalho deve ser garantido e continuar por vários anos para facilitar a diversificação sustentável e os meios de vida alternativos.

4.9 Garantia da participação da sociedade civil

A formulação, a implementação e a avaliação de programas de diversificação deve envolver a participação efetiva das organizações da agricultura familiar e outras organizações da sociedade civil que apoiem os objetivos da CQCT/OMS. As organizações não governamentais (ONG) podem desempenhar um papel importante no processo de planejamento participativo no quadro metodológico para a construção da dinâmica de diversificação produtiva em regiões produtoras de tabaco (ver Anexo 2).

As ONG também podem ser importantes aliadas no trabalho em parceria com os agricultores para divulgar informações sobre os inúmeros custos ocultos, nos âmbitos econômicos, ambientais e sociais do cultivo do fumo, além de monitorar e denunciar as práticas abusivas da indústria do tabaco. Elas também podem ajudar os agricultores no acesso ao apoio institucional e técnico, facilitar a criação de grupos e cooperativas de autoajuda e disseminar o conceito de agroecologia entre os agricultores.

4.10 Garantia de proteção social, da saúde e do meio ambiente nas regiões produtoras de tabaco

- **Combater o trabalho infantil e promover o trabalho decente nas regiões produtoras de tabaco**. Qualquer trabalho forçado ou infantil existente no cultivo do tabaco deve ser combatido e, se possível, eliminado. Existem vários instrumentos internacionais relevantes sobre esse tema. Quando aplicável, as Partes devem promover a Agenda do Trabalho Decente da OIT e aplicar à produção e à indústria do tabaco as Convenções fundamentais da OIT sobre o assunto: Convenções 29 e 105, bem como a Convenção 182. Esses instrumentos lidam com a proibição do trabalho forçado ou compulsório em todas as suas formas, incluindo as crianças com idade inferior a 18 anos. As Partes devem, se ainda não o tiverem feito, adaptar seus quadros jurídicos nacionais para respeitar os instrumentos internacionais relevantes. Elas

devem reforçar as inspeções do trabalho e as sanções contra as violações de tais disposições no setor agrícola, incluindo o do tabaco. Ao mesmo tempo, as soluções para esse problema poderiam ser abordadas ao investigar e melhorar os mecanismos de fixação de preços (por meio da negociação coletiva e de melhores práticas contratuais, incluindo a introdução e a aplicação dos direitos do trabalho em contratos). Também devem ser feitos mais esforços para eliminar a exploração sexual de crianças e mulheres, em particular.

- **Proteger a saúde dos agricultores produtores de tabaco e dos trabalhadores**. Os dados gerados por pesquisas sobre os danos causados pelo cultivo do tabaco devem ser compilados e compartilhados com todas as partes interessadas, incluindo os agricultores. Os programas efetivos de educação, comunicação e sensibilização do público sobre os riscos ocupacionais relacionados ao cultivo do tabaco devem ser desenvolvidos por meio de uma abordagem multissetorial abrangente.

As iniciativas nesse âmbito devem incluir programas de saúde da família e formação de agentes comunitários de saúde para a prevenção, o diagnóstico precoce e o tratamento dos casos de doença da folha verde do tabaco, envenenamento por pesticidas ou outros problemas de saúde relacionados ao cultivo do tabaco.

Os danos oriundos da produção do tabaco devem ser incluídos na lista de doenças ocupacionais no sistema de saúde pública nacional, bem como na legislação nacional em matéria de segurança e saúde no trabalho rural.

- **Proteção do meio ambiente contra os danos do cultivo do tabaco**. As Partes devem, quando apropriado, empreender iniciativas de monitoramento de desmatamento e contaminação do solo e da água com pesticidas em zonas de produção de tabaco. As campanhas de sensibilização e um programa educacional sobre os riscos ao meio ambiente oriundos da produção do tabaco também devem ser desenvolvidos como parte das iniciativas nacionais para promover a diversificação da produção nas áreas de cultivo do tabaco. De acordo com a legislação nacional sobre proteção ambiental, as Partes devem empreender medidas para prevenir ou recuperar áreas já danificadas pela produção de tabaco.

5. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

O acompanhamento e a avaliação são elementos fundamentais do processo de planejamento para a implementação dos arts. 17 e 18. O art. 17 visa a promover, de forma apropriada, alternativas economicamente viáveis para os trabalhadores, produtores e, conforme o caso, varejistas de pequeno porte, a fim de reduzir a dependência econômica em relação ao tabaco. O art. 18 tem o objetivo de atenuar os danos à saúde e ambientais relacionados à produção de tabaco.

Para que cada política seja aplicada, é necessário identificar e diagnosticar a situação de base a que a política se dirige para conseguir uma mudança positiva. É também importante identificar quem ou o que está sendo afetado pelo problema, as necessidades entre as partes interessadas e os potenciais obstáculos à implementação das políticas, bem como as oportunidades para superá-los. Os efeitos mensuráveis causados pelo problema que poderiam ser mitigados pela intervenção das Partes devem ser identificados e monitorados. Também é importante ter indicadores para monitorar o progresso dos programas e das políticas na direção de seus principais objetivos.

Isso envolve o uso de método sistemático para coletar, analisar e utilizar as informações que respondam a questões sobre a implementação da política ou do programa e, em particular, sobre os resultados esperados, visando a atingir desenvolvimento e melhoria contínuos.

Nesse contexto, três tipos de indicadores são necessários para monitorar e avaliar o progresso na implementação dos arts. 17 e 18:

- análise da situação - avaliações iniciais;
- processos a serem considerados para mudar a situação;
- resultados esperados.

Os elementos de monitoramento apresentados nesse capítulo são apenas exemplos e não se apresentam de forma exaustiva.

5.1 Implementação do art. 17 - desenvolvimento de um modelo alternativo de meios de vida

Para uma tarefa complexa como a implementação do quadro metodológico para a construção da dinâmica de diversificação produtiva em regiões produtoras de tabaco (ver Apêndice 2) dentro de um período de tempo acordado, uma boa base de evidências é um requisito fundamental. Um primeiro passo consiste em fazer uma análise da situação inicial dos problemas a serem enfrentados pela política e capturar os elementos necessários para desenvolver um plano estratégico, tais como barreiras e oportunidades, incluindo informação sobre o mercado, condições específicas da região, e uma melhor compreensão de como os agricultores decidirão sobre alternativas de diversificação, entre outros elementos. O que se segue é um exemplo esquemático de um possível quadro.

5.1(a) Realização de uma análise de base dos problemas a serem enfrentados pela política

Análise da situação (como está agora?)	Processo (ações necessárias para enfrentar a situação)	Resultado (progressos mensuráveis)
Que dados ou pesquisas foram coletados ou realizados em seu país para obter uma melhor compreensão da economia da produção do tabaco, tal como rentabilidade, extensão de terra usada, e características e dinâmicas da cadeia produtiva do tabaco?	Coletar dados para um inventário sobre o uso da terra para o cultivo do tabaco e para outros produtos e atividades rurais Coletar dados sobre a economia da produção de tabaco em cada região, incluindo monitoramento dos preços e características da cadeia produtiva do tabaco Realizar a avaliação do impacto socioeconômico do cultivo do tabaco, incluindo o impacto sobre renda, trabalho, saúde e ambiente para cada região de cultivo do tabaco	Análise da área de terras utilizadas para as atividades de tabaco e outros cultivos, e atividades rurais Banco de dados abrangente da economia do tabaco bruto por região e variedade Análise abrangente de como a cadeia produtiva do fumo é organizada
Existem dados sobre o mercado de trabalho do cultivo do tabaco em seu país?	Coletar dados sobre o trabalho envolvido nas atividades do tabaco e outras atividades rurais e o nível de dependência econômica da cadeia produtiva do fumo entre os agricultores	Dados sobre quantos agricultores estão envolvidos na produção do tabaco, incluindo seu nível de dependência econômica da cadeia produtiva do tabaco

5.1(b) Análise dos principais obstáculos e das possibilidades existentes a serem considerados na elaboração de um plano estratégico para a implementação do art. 17

Análise da situação (como está agora?)	Processo (ações necessárias para enfrentar a situação)	Resultado (progressos mensuráveis)
Há dados de previsão de demanda referentes ao cultivo de alimentos e outras atividades rurais para apoiar a diversificação em seu país? Existe algum conjunto de informações padrão para as potenciais alternativas ao cultivo do tabaco no seu país?	Coletar dados e realizar a previsão de modelo de demanda Desenvolver estudos de viabilidade sobre alternativas potenciais ao cultivo do tabaco, considerando requisitos agrícolas, condições climáticas, rendimento, cadeia de valor agregado, padrões de mercado, preços, comércio internacional, outros fatores econômicos, e impacto na saúde, social e ambiental Desenvolver testes de campo para estabelecer viabilidade econômica de culturas alternativas Conduzir uma avaliação do impacto socioeconômico de alternativas potenciais ao cultivo do tabaco, incluindo seu impacto sobre renda, trabalho, saúde e meio ambiente, para cada região produtora de fumo	Previsão atualizada da demanda por cultivos em relação à segurança alimentar no país Conjunto de informação padrão para alternativas potenciais ao cultivo do tabaco Modelos para implementar cultivos alternativos ou outras atividades incluindo uma análise de impacto de demanda de trabalho por modelos de meios de vida alternativos nas regiões de cultivo do tabaco
Quais dados ou pesquisas foram coletados ou realizados para adquirir uma melhor compreensão dos meios de vida dos produtores de tabaco e para mapear obstáculos para a diversificação em seu país (veja quadro metodológico fornecido no Apêndice 2)?	Mapear os principais interessados na produção do tabaco e atividades alternativas Realizar pesquisas entre produtores de tabaco, tomadores de decisões políticas e outras partes interessadas a fim de capturar crenças, atitudes, comportamento e processos de tomada de decisão sobre o cultivo do tabaco e a mudança para outras atividades Efetuar a avaliação de necessidades por meio de pesquisa e consultas regulares com as partes interessadas e com as pessoas que se beneficiarão da política, em uma abordagem ascendente para identificar as necessidades e as potenciais barreiras a serem superadas	Análise do perfil socioeconômico dos produtores de tabaco e do seu processo de tomada de decisão, bem como da relação atual entre as partes interessadas na produção do tabaco e nas potenciais atividades alternativas Análise das principais barreiras e oportunidades a serem consideradas para o plano estratégico para promover alternativas ao tabaco

Análise da situação (como está agora?)	Processo (ações necessárias para enfrentar a situação)	Resultado (progressos mensuráveis)
Que mecanismos existem em seu país para apoiar agricultores e o desenvolvimento agrícola? Quão acessíveis eles são aos agricultores?	Coletar informações sobre a forma como esses mecanismos poderiam operar ou já operam no apoio à diversificação nas regiões de produção de tabaco Coletar dados sobre quantos produtores de tabaco e trabalhadores já são apoiados por esses mecanismos de diversificação de atividades Coletar dados sobre conhecimentos e percepções de produtores de tabaco e outras partes interessadas sobre esses mecanismos, bem como sobre a existência de barreiras para acessá-los	Análise de mecanismos existentes de apoio à diversificação nas áreas de produção de tabaco, sobre como eles são acessados por agricultores, e sobre o número de propriedades de cultivo de tabaco que se beneficiariam a partir desses mecanismos
O seu país possui centros de informação e apoio para meios de vida alternativos para as regiões de cultivo do tabaco? O seu país tem um programa nacional para promover a segurança alimentar? Ele compra alimentos para mercados institucionais, como escolas públicas, hospitais, prisões?	Coletar informações sobre as atividades com as quais os centros de apoio se comprometam para promover meios de vida alternativos nas regiões de produção do tabaco Coletar dados sobre os programas nacionais para promover a segurança alimentar e as compras de alimentos	Relatório sobre a implementação de centros de informação e de apoio em regiões produtoras de tabaco Informação atualizada sobre a existência de programas nacionais para promover a segurança alimentar e seu potencial para comprar produtos que resultem do processo de diversificação nas áreas de cultivo de tabaco
A indústria do tabaco possui canais para influenciar o cultivo do tabaco como parte do desenvolvimento de políticas agrícolas?	Tomar medidas para isolar a política agrícola da interferência da indústria do tabaco Divulgar informações sobre o art. 5.3 como uma obrigação decorrente da CQCT/OMS, inclusive em relação à implementação dos arts. 17 e 18	Aumento do nível de consciência entre os produtores de tabaco e outras partes interessadas sobre o art. 5.3, diretrizes para a sua implementação e sua racionalidade
Seu país tem um programa nacional para promover e apoiar a diversificação das atividades em regiões produtoras de tabaco?	Coletar informações sobre programas nacionais de diversificação existentes, o que e quem são as principais instituições e intervenientes, quais são os objetivos e metas principais, quantos produtores de tabaco já foram beneficiados, como eles são financiados e de quanto é seu orçamento anual Coletar informações sobre a forma como essas políticas são difundidas entre os produtores de tabaco e outros interessados	Relatório sobre a implementação dos programas nacionais de diversificação nas áreas de produção de tabaco Número de produtores de tabaco que migraram para cultivos alternativos e outros meios de vida

Análise da situação (como está agora?)	Processo (ações necessárias para enfrentar a situação)	Resultado (progressos mensuráveis)
	Desenvolver e implementar uma política nacional de implementação do art. 17 Integrar o plano, o programa, ou a política nacional para a agenda de desenvolvimento rural governamental e os programas de segurança alimentar	Nível de dependência da cadeia produtiva do tabaco entre os produtores de tabaco restantes Melhoria do capital humano e de trabalho Melhoria dos meios de vida e das condições de trabalho
Seu país tem um programa nacional para promover e apoiar a diversificação das atividades em regiões produtoras de tabaco?	Implementar um quadro de financiamento para a política de longo prazo Desenvolver programas de educação e formação continuada para os produtores de tabaco Prestar assistência técnica e extensão rural Assegurar a participação da sociedade civil em conformidade com o art. 5.3 da CQCT/OMS	Quantidade de área cultivada com tabaco que migrou para cultivo alternativo ou outras atividades Número de produtores de tabaco e trabalhadores formados e treinados (aumento do nível de consciência e conhecimento)

5.1(c) Indicadores de impacto sugeridos para o art. 17

• Número ou porcentagem de plantadores de tabaco impactados por essas medidas, pelas estratégias e medidas de diversificação, que migraram integralmente para cultivos alternativos e outros meios de vida.

• Número ou porcentagem de plantadores de tabaco impactados por essas medidas, pelas estratégias e medidas de diversificação, que migraram parcialmente para cultivos alternativos e outros meios de vida.

• O número de programas e políticas que promovem meios de vida alternativos para os plantadores de tabaco e os trabalhadores.

• Quaisquer outros indicadores que mostrem as mudanças de estado econômico e social impactados por essas medidas.

5.2 Implementação do art. 18

O art. 18 aborda os impactos da saúde e ambientais bem como os problemas sociais relacionados à produção de tabaco. Em relação ao meio ambiente, deve ser desenvolvida uma abordagem padronizada pelas Partes com a elaboração de auditorias do impacto ambiental do cultivo do tabaco, a serem executadas em todos os países interessados, permitindo que ações corretas sejam realizadas para alcançar os efeitos positivos esperados. Os centros de informação e apoio localizados em regiões onde o tabaco é cultivado permitiriam que os produtores tomassem conhecimento sobre os efeitos do tabaco no ambiente, bem como sobre a sua saúde e situação econômica. Iniciativas para reabilitar as regiões afetadas devem ser promovidas, quando adequadas, incluindo programas de reflorestamento. Para os riscos de saúde relacionados à agricultura do tabaco, é importante ter uma análise de base da prevalência da doença da folha verde e outros danos ligados à fumicultura, de modo que o impacto das ações a serem executadas em relação ao art. 18 possa ser monitorado. Para as alternativas identificadas, avaliações ambientais também devem ser realizadas para evitar um impacto negativo ambiental e da saúde, em comparação ao tabaco.

O primeiro passo para a realização desses objetivos é analisar a situação inicial dos problemas que serão abordados na implementação do art. 18, bem como as principais barreiras e oportunidades existentes a serem consideradas na concepção de um plano estratégico para a implementação dessa política. É importante ressaltar o fato de que a implementação simultânea dos arts. 17 e 18 deve criar sinergia para motivar e apoiar os produtores na mudança pela diversificação. Todos os resultados de auditorias ambientais e coleta de dados de saúde relacionados à produção do tabaco e às alternativas identificadas devem ser disponibilizados através de uma base de dados internacional. O que se segue é um exemplo esquemático de um possível quadro.

5.2(a) Efetuar uma análise de base do problema a ser alterado pela política

Análise da situação (como está agora?)	Processo (ações necessárias para enfrentar a situação)	Resultado (progressos mensuráveis)
Seu país executou estudos sobre o impacto na saúde relacionado à produção de tabaco?	Coletar dados e informações ou desenvolver estudos sobre o impacto da produção do tabaco na saúde dos agricultores	Dados relativos à prevalência da doença da folha verde do tabaco e outros danos relacionados à produção do fumo Dados relativos à prevalência de uso de equipamentos de proteção individual entre os produtores de tabaco
Seu país executou estudos sobre o impacto ambiental das alternativas ao cultivo do tabaco?	Criar modelos de impacto de cultivos alternativos na demanda de fertilizantes, utilização de pesticidas e desmatamento em comparação ao cultivo do tabaco	Análise de efeito do impacto ambiental das alternativas à cultura do tabaco
Existem dados ou informações sobre o impacto social do cultivo do tabaco em seu país?	Coletar dados sobre o trabalho infantil e as condições de trabalho envolvidas no setor da produção de tabaco	Dados sobre o trabalho infantil e as condições de trabalho envolvidas na produção de tabaco

5.2(b) Análise dos principais obstáculos e oportunidades existentes a serem considerados na elaboração de um plano estratégico para a implementação do art. 18

Análise da situação (como está agora?)	Processo (ações necessárias para enfrentar a situação)	Resultado (progressos mensuráveis)
O seu país tem um programa nacional ou políticas para enfrentar riscos ocupacionais relacionados ao cultivo e à fabricação do tabaco?	Coletar informações sobre iniciativas nacionais existentes para gerenciar a doença da folha verde do tabaco e outros danos relacionados à sua produção como parte da política ou programa nacional de saúde dos trabalhadores Educar os produtores de tabaco sobre os malefícios relacionados à sua produção Promover ou aumentar a inclusão da doença da folha verde do tabaco e outros danos à saúde relacionados à sua produção como parte da política ou do programa nacional de saúde dos trabalhadores	Agravos e doenças relacionados à produção de tabaco incluídos como parte da política nacional de saúde dos trabalhadores Maior conhecimento dos riscos para a saúde relacionados à produção de tabaco e à utilização de equipamentos de proteção individual entre os produtores e trabalhadores Diminuição na prevalência da doença da folha verde do tabaco e de outros danos à saúde relacionados à sua produção

Análise da situação (como está agora?)	Processo (ações necessárias para enfrentar a situação)	Resultado (progressos mensuráveis)
Seu país inclui a produção de tabaco na fiscalização do cumprimento das leis trabalhistas nacionais?	Incluir a produção de tabaco na inspeção nacional das leis trabalhistas Envolver as organizações da sociedade civil no monitoramento de práticas ilícitas	Melhoria dos contratos de trabalho e condições justas de mão de obra na cadeia de produção do tabaco
Seu país tem uma lista de pesticidas permitidos para uso na cultura do tabaco?	Compilar uma lista de pesticidas para utilização no cultivo do tabaco, de acordo com a avaliação de risco ambiental e toxicológico Verificar a lista para checar se os pesticidas permitidos na cultura do tabaco estão de acordo com a última avaliação de risco ambiental e toxicológico	Redução do impacto ambiental conforme a lista atualizada de pesticidas permitidos para uso no cultivo do tabaco, de acordo com as informações mais recentes da avaliação de risco ambiental e toxicológico
Seu país tem um sistema de monitoramento de contaminação de solo e água por pesticidas e fertilizantes?	Executar um monitoramento nas regiões de cultivo do tabaco e compará-lo com outras regiões onde não há tal plantio	Análise de impacto sobre a contaminação da terra e da água
Seu país executou estudos sobre qual extensão de desmatamento e degradação das florestas são decorrentes do cultivo do tabaco?	Coletar dados e quantificar o desmatamento e a degradação das florestas em razão do cultivo do tabaco (mudança no uso da terra e para fins de cura das folhas de tabaco)	Análise de impacto do desmatamento e da degradação florestal com base nos requisitos do cultivo do tabaco
Seu país tem programa nacional, política ou legislação sobre proteção ambiental?	Coletar informações sobre iniciativas e legislações nacionais existentes para auditar e mitigar danos ambientais Promover a inclusão das áreas de cultivo de tabaco na lista das áreas a serem auditadas por programas nacionais para mitigar danos ambientais	Auditoria da produção de tabaco incluída em legislação, programa ou política de controle de desmatamento, contaminação do solo e da água e quantidade de resíduos de pesticidas e fertilizantes por metais pesados nos cultivos de tabaco Redução da degradação florestal e do desmatamento e melhoria das condições de recursos naturais e do meio ambiente nas áreas de cultivo do tabaco, bem como nas áreas de culturas alternativas

5.2(c) Sugestão de indicadores de impacto para o art. 18

1. Prevalência da doença da folha verde do tabaco e de outros danos, por exemplo, as intoxicações por agrotóxicos, especificamente ligados à produção de tabaco em áreas de seu cultivo.

2. Número ou porcentagem de trabalho infantil em áreas de cultivo de tabaco.

3. Porcentagem da perda de área florestal em função da degradação florestal e do desmatamento em áreas de cultivo do tabaco e demais culturas alternativas.

6. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

As Partes da CQCT/OMS já assumiram vários compromissos importantes com relação à cooperação internacional, incluindo os encontrados no art. 4º (*Princípios norteadores*), no art. 5º (*Obrigações gerais*), no art. 19 (*Responsabilidade*), no art. 20 (*Pesquisa, vigilância e intercâmbio de informação*), no art. 21 (*Apresentação de relatórios e intercâmbio de informações*), no art. 22 (*Cooperação científica, técnicas e jurídica e prestação de assistência especializada*) e no art. 26 (*Recursos financeiros*).

A cooperação internacional também deve ser guiada pelas disposições da Assembleia Geral das Nações Unidas, resolução A/RES/66/288, "O futuro que queremos".

No contexto dos compromissos contidos na CQCT/OMS e dessas opções de políticas e recomendações, a cooperação internacional deve incluir os aspectos descritos abaixo.

6.1 Promoção de oportunidades para os meios de vida economicamente sustentáveis e o desenvolvimento de mercados no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza

As Partes devem trocar informações e experiências, incluindo as melhores práticas, para promover meios de vida alternativos economicamente sustentáveis. As Partes também devem se esforçar para estabelecer relações com os agentes em mercados domésticos, regionais e globais, com vista à compreensão das considerações relevantes de oferta e procura, inclusive as exigências do mercado para culturas alternativas. Qualquer cultura alternativa deve estar em harmonia com os esforços para assegurar uma gestão sustentável dos recursos naturais.

6.2 Cooperação com organizações nacionais, regionais e internacionais relevantes

As Partes não poderão considerar, em cooperação com as organizações nacionais, regionais e internacionais relevantes, o encorajamento nem a promoção da produção de tabaco, de acordo com o art. 5.3 da CQCT/OMS.

A cooperação internacional deve facilitar os mecanismos para a implementação de alternativas ao cultivo do tabaco e também deve promover esforços globais para garantir maior produção de commodities agrícolas e, por conseguinte, melhorar a segurança alimentar.

Ações propostas

1. As organizações regionais e internacionais, dentro de seus respectivos mandatos, a pedido, devem apoiar os países fumicultores na implementação de alternativas ao cultivo do tabaco, incluindo, quando adequado, a convergência dos esforços globais para garantir maior produção de alimentos.

2. As organizações regionais e internacionais, dentro de seus respectivos mandatos, a pedido, devem apoiar e cooperar com os países fumicultores, no sentido de reforçar ou fortalecer a implementação de instrumentos internacionais relevantes existentes e aplicáveis em matéria de trabalho, meio ambiente, saúde e direitos humanos.

6.3 Assistência e cooperação no desenvolvimento de capacidades

As Partes devem cooperar entre si diretamente e/ou por meio de organizações internacionais competentes, fornecendo treinamento e assistência técnica e financeira, e devem cooperar nas questões científicas, técnicas e tecnológicas, incluindo a transferência de conhecimentos ou tecnologias apropriadas no campo dos meios de vida economicamente alternativos, como a produção agrícola e a inteligência de mercado. É importante que as organizações internacionais com competências específicas participem do desenvolvimento de capacidades para os meios de vida alternativos economicamente sustentáveis, especialmente as agências que possuem experiência reconhecida nessa área, tais como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, do inglês, Food and Agriculture Organization), o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (Fida), o Banco Mundial, a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad, do inglês, United Nations Conference on Trade and Development) e a OIT. As Partes podem solicitar o apoio de organizações internacionais competentes.

As Partes são encorajadas a celebrar acordos ou convênios bilaterais, multilaterais ou quaisquer outros, a fim de promover a formação, a assistência e a cooperação técnica em questões científicas, técnicas e tecnológicas, considerando as necessidades das Partes que são países em desenvolvimento ou que tenham economias em transição. Os recursos financeiros são uma parte essencial de tal cooperação. As Partes também são encorajadas a alocar recursos para promover alternativas à produção do tabaco, conforme o caso, considerando-se que, atualmente, os governos têm alocado menos de 0,5% das receitas fiscais do tabaco global.

Ação proposta: As Partes devem aplicar as medidas propostas no art. 26 da CQCT/OMS (*Recursos financeiros*).

6.4 Intercâmbio de informações internacionais

As Partes devem, em cooperação com as organizações internacionais pertinentes e o Secretariado da Convenção, estabelecer e implementar um sistema de troca de informações sobre meios de vida alternativos sustentáveis e demanda mundial da folha de tabaco. Esse intercâmbio se dará por meio de informações oficiais disponibilizadas pelas Partes e organizações internacionais e deverá ser coordenado pelo Secretariado da Convenção. Isso deve levar à criação de um banco de dados ou recurso semelhante sobre as melhores práticas disponíveis em diferentes países, de forma que essas experiências possam ser utilizadas por outros países. As Partes devem utilizar a CQCT/OMS, relatando instrumentos para informar sobre a implementação dos arts. 17 e 18 da Convenção dentro do ciclo estabelecido de apresentação de informes e relatórios.

Resultados esperados

As informações disponíveis nos relatórios de implementação das Partes sobre as melhores práticas em relação aos arts. 17 e 18 estarão disponíveis para as Partes para pesquisas posteriores[26].

6.5 A cooperação internacional e o papel do Secretariado da Convenção

O Secretariado da Convenção facilita a colaboração entre as Partes e organizações intergovernamentais e não governamentais, e deve garantir que o faz de acordo com a efetiva implementação dos arts. 17 e 18. O Secretariado deve convidar as organizações internacionais com conhecimentos específicos nessa área para participarem das atividades do grupo de trabalho ou outros mecanismos intergovernamentais futuros estabelecidos pela Conferência das Partes (COP), especialmente as agências que possuam experiência reconhecida nessa área, como a FAO. O Secretariado também deve trabalhar com redes e instituições pertinentes, em diferentes contextos geográficos e em cooperação com a FAO e outras organizações internacionais que estejam envolvidas na pesquisa sobre culturas alternativas, em níveis global, regional e sub-regional.

O Secretariado da Convenção deverá coordenar o intercâmbio de informações, que se baseará em informação oficial disponibilizada pelas Partes e organizações internacionais. A fim de trazer sinergia a tais atividades e esforços, o Secretariado deverá envolver ativamente as Partes interessadas e instituições e redes apropriadas, para facilitar uma abordagem sistemática e abrangente na implementação dos arts. 17 e 18.

[26] O banco de dados está disponível no http://apps.who.int/fctc/reporting/database/.

ANEXO 1
LISTA DE TERMOS PADRONIZADOS EM RELAÇÃO ÀS ALTERNATIVAS ECONOMICAMENTE SUSTENTÁVEIS AO CULTIVO DO TABACO

• **Sistema de cultivo**[27]: descreve de que forma um produtor cultiva a terra. Os sistemas de cultivo incluem: rotação de culturas, cultivos múltiplos, cultivo misto, cultivo intercalar e práticas agronômicas relacionadas.

• **Diversificação**: a criação de uma estratégia que permita a redução da dependência de um único cultivo e instabilidade no processo de reprodução causada por falhas em atividades de produção, tais como perdas de safra devido às secas ou inundações, bem como a variabilidade sazonal da renda ao longo do ano.

• **Alternativas economicamente sustentáveis**: destinam-se a satisfazer as necessidades humanas, preservando o meio ambiente, para que essas necessidades sejam satisfeitas não só no presente, mas também nas gerações futuras.

• **Auditoria ambiental**[27]: processo para verificar a eficácia do programa de gestão ambiental, assegurar que os objetivos e metas ambientais estejam sendo cumpridas, e avaliar a forma como o sistema de gestão ambiental deve ser modificado e ampliado no contexto da expansão de negócios futuros, nova legislação ambiental, e questões ambientais emergentes.

• **Avaliação do impacto ambiental**[27]: procedimento para avaliar o provável impacto de um projeto de atividade sobre o meio ambiente.

• **Monitoramento ambiental**: avaliações contínuas das alterações da qualidade ambiental dos locais específicos.

• **Recuperação ambiental**: tentativa deliberada para acelerar a recuperação de áreas ecológicas danificadas.

• **Empresas de primeira transformação ou empresas dedicadas à produção de folhas de tabaco**: comprador do tabaco bruto (em rama) dos agricultores para submetê-lo a uma primeira transformação do tabaco em folha, classificando o tabaco bruto de acordo com a sua qualidade.

• **Segurança alimentar**[28]: disponibilidade de alimentos e acesso das pessoas aos alimentos.

• **Boas Práticas Agrícolas**[29]: práticas que asseguram que os produtos agrícolas sejam de alta qualidade, seguros e produzidos de forma ambientalmente e socialmente responsável.

• **Doença da folha verde do tabaco**: envenenamento por nicotina que resulta da absorção de nicotina através da pele no contato com plantas de tabaco durante o cultivo e a colheita. A nicotina é um alcaloide solúvel em água e lipídios que se dissolve nas folhas molhadas da folha verde do tabaco[30].

• **Capital humano**: estoque de competências, conhecimentos e atributos de personalidade integrados na capacidade de realizar trabalhos de modo a produzir valor econômico; atributos adquiridos por uma pessoa por meio da educação e da experiência.

---

[27] Fonte: Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.
[28] FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. Trade reforms and food security. Rome, 2003.
[29] FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. A system of integrated agricultural censuses and surveys: volume 1: world programme for the census of agriculture. Rome, 2005. (FAO Statistical Development Series, n. 11).
[30] ARCURY, T. A.; QUANDT, S. A. Health and social impacts of tobacco production. Journal of Agromedicine, Binghamton, v. 11, n. 3-4, p. 71-81, 2006.

• **Impacto no meio ambiente**[27]: qualquer efeito causado por uma atividade proposta no meio ambiente, incluindo a saúde e a segurança do ser humano, da flora, da fauna, do solo, do ar, da água, do clima, da paisagem e dos monumentos históricos ou outras estruturas físicas, ou a interação entre estes fatores; também inclui efeitos sobre herança cultural ou condições socioeconômicas resultantes das alterações desses fatores.

• **Capacidades e aptidões individuais**: processo pelo qual indivíduos fortalecem e mantêm suas capacidades para definir e alcançar seus próprios objetivos de desenvolvimento ao longo do tempo.

• **Cultivo intercalar**: é a prática de cultivar dois ou mais produtos em proximidade. O objetivo mais comum do cultivo intercalar é produzir um maior rendimento em um determinado pedaço de terra, fazendo uso de recursos que, de outra forma, não seriam utilizados numa única safra.

• **Semeadura em fileira**: organização das plantações associadas em fileiras, assim, um produto é alternado com uma ou várias fileiras de outro produto.

• **Rotação de culturas:** prática da plantação de uma série de diferentes espécies vegetais na mesma área em estações sequenciais. A rotação de culturas traz vários benefícios para o solo. Um dos elementos tradicionais da rotação é a reposição de nitrogênio mediante o cultivo alternado de leguminosas e cereais entre outros. A rotação de culturas também atenua o acúmulo de patógenos e pragas que frequentemente ocorrem quando uma espécie é continuamente cultivada, e também pode melhorar a estrutura e a fertilidade do solo, alternando plantas de raízes profundas e superficiais.

• **Abordagem intersetorial**: funciona em diferentes setores - social, econômico e institucional.

• **Meios de vida**: processo em que as famílias rurais constroem uma carteira diversificada de atividades e recursos de apoio social, a fim de sobreviver e melhorar suas condições de vida.

• **Sistema produtivo**: sistema que transforma insumos em rendimentos. Os insumos, num sistema produtivo, incluem recursos humanos, terrenos, equipamentos, edifícios e tecnologia. Os rendimentos incluem os bens e serviços que são fornecidos para os clientes e consumidores.

• **Cultivo do tabaco**: cultivo do *Nicotiana tabacum* e *Nicotiana rustica* para venda mediante acordo contratual ou não contratual, mercado aberto ou por sistema de quotas.

• **Indústria do tabaco**[31]: fabricantes de tabaco, distribuidores atacadistas e importadores de produtos do tabaco.

• **Produtos do tabaco**[31]: produtos total ou parcialmente feitos da folha do tabaco como matéria-prima, que são fabricados para serem fumados, sugados, mastigados ou inalados.

• **Trabalhador do tabaco**: Pessoa que trabalha em uma propriedade que cultiva tabaco, no processamento ou fabricação do fumo ou bidi, com ou sem um acordo contratual com base nas leis trabalhistas do país em que é empregado.

[31] Definição tirada da CQCT/OMS.

ANEXO 2
QUADRO METODOLÓGICO PARA A CONSTRUÇÃO DE DINÂMICAS DE DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA EM REGIÕES DE CULTIVO DO TABACO

1. INTRODUÇÃO

Esse anexo tem como objetivo apresentar os elementos principais e a sequência das ações de um quadro metodológico de diversificação produtiva em regiões produtoras do tabaco. Essa metodologia baseia-se nas premissas de que os agricultores devam ser livres para construir projetos de vida que os emancipem e os satisfaçam, que essa intenção deve ser apoiada por políticas públicas e que o sucesso da remodelagem dos sistemas produtivos depende da participação ativa dos agentes sociais e econômicos relevantes.

2. ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

2.1 Abordagem ascendente

Considerando-se que a decisão de empreender a diversificação produtiva deve, em primeiro lugar, ser tomada pelos agricultores, não há nenhuma possibilidade de sucesso sem a participação deles na definição da estratégia a ser seguida.

2.2 Redes de interessados

A agricultura não é um fenômeno socioprodutivo isolado, mas um fenômeno que envolve agentes sociais diferentes e interdependentes articulados em torno de cadeias de abastecimento e conglomerados locais. Assim, um processo de diversificação produtiva envolve, além de agricultores, um número de outros indivíduos que possam ter interesses congruentes e, na medida em que forem chamados a participar, sejam capazes de unir forças para a construção de novas cadeias e canais de comercialização.

2.3 Integração dos diferentes níveis de governo (local, regional e nacional)

A diversificação produtiva requer uma série de políticas e medidas de apoio que englobam todos os níveis de governo, a fim de unir esforços e mobilizar recursos para alcançar resultados mais significativos.

2.4 Planejamento e implementação participativos

Os resultados desse processo dependem da participação ativa dos agentes sociais em todas as etapas e de fatores socioeconômicos relevantes. Assim, a sua implementação deve ser desencadeada a partir de um conjunto de articulações em que todas as partes interessadas possam definir, selecionar, priorizar e participar de uma estratégia planejada.

2.5 Abordagem territorial

Ao se trabalhar com diversificação, deve ficar claro que os vários produtos agrícolas estão inseridos nas cadeias de produção e consumo, que na maioria dos casos vão além do circuito local. Assim, tanto em termos de alocação de recursos e escala de produção, infraestrutura e distribuição, bem como da viabilidade dos mercados para os produtos, a abordagem regional territorial permite que as partes interessadas se envolvam e mobilizem os recursos necessários.

2.6 Monitoramento e avaliação contínuos

A diversificação produtiva, de acordo com a metodologia em questão, é incorporada em um participativo processo que desencadeia um conjunto de atividades, que, por sua vez, dependem de políticas públicas. Portanto, como envolve diferentes agentes com diferentes responsabilidades e expectativas, o monitoramento contínuo e a avaliação são essenciais para assegurar a participação contínua e o compromisso das partes, com aferição e reescalonamento das atividades.

3. INÍCIO DO PROCESSO: AÇÕES PRIMÁRIAS

3.1 Mobilização

Considerando-se que o planejamento participativo, o monitoramento e a avaliação são elementos fundamentais desse quadro metodológico, o seu ponto de partida depende de uma apresentação dos objetivos e das estratégias para a diversificação produtiva, buscando convergências de interesses entre as partes envolvidas nas comunidades.

Portanto, o aumento da conscientização pelos meios de comunicação (rádio, televisão, imprensa etc.) e as visitas às organizações da sociedade civil e propriedades rurais devem ser empregadas para a conscientização e o fornecimento de informações. Como uma orientação geral, é importante buscar o debate coletivo e o diálogo em espaços como reuniões comunitárias, reuniões com organizações da sociedade civil, encontros com representantes do governo local etc. Uma vez que as partes interessadas concordem com as informações e os procedimentos, uma agenda comum para a ação e o monitoramento deverá ser estabelecida.

3.2 Análise da situação

Para alcançar os objetivos de diversificação produtiva é fundamental dispor de informações específicas para a identificação de metas, recursos, responsabilidades, prazos etc. Assim, o planejamento deve começar a partir de uma análise do sistema de produção agrícola de produtores de tabaco e trabalhadores. Com base nessa informação, deverá ser feita uma análise do processo de tomada de decisões dos agricultores, considerando seus planos, obrigações, perspectivas, orientação sobre o cultivo do tabaco, assim como suas possibilidades.

A partir dessa perspectiva, é importante considerar que, por um lado, os sistemas produtivos empregados por agricultores derivam de parâmetros objetivos, como a disponibilidade de meios de produção e rentabilidade das culturas e, por outro lado, de questões subjetivas e sociais.

Tal análise pode ser desenvolvida por meio de um questionário, e, se os dados experimentais estiverem disponíveis, pela realização de uma avaliação de impacto, abordando questões multidimensionais por meio dos seguintes parâmetros principais:

- composição familiar;
- disponibilidade de recursos naturais;
- disponibilidade de meios de produção;
- sistemas de produção agrícola e pecuária na propriedade (exceto tabaco);
- bens de subsistência produzidos;
- receita financeira da comercialização de diferentes produtos (exceto tabaco);
- sistema de produção e desempenho financeiro relacionado com o tabaco;
- acesso a serviços e políticas públicas;
- acesso ao crédito e outros serviços bancários;
- organização e participação social;

- parceiros econômicos e sociais;
- família, valores e prioridades da comunidade;
- estado de saúde da população, trabalho e meio ambiente;
- satisfação com sua condição atual;
- planos para a propriedade.

3.3 Compartilhamento de informação e planejamento participativo

Após a tabulação e a análise dos dados do questionário e das reuniões de mobilização, deve-se buscar uma estratégia para compartilhar esses dados com as partes interessadas nas comunidades, de acordo com uma lógica de envolvimento sucessivo que poderia levar ao planejamento referencial e territorial, que defina o seguinte:

- análise da situação;
- definição de prioridades;
- estratégias e atividades;
- metas e prazos;
- fontes de recursos;
- quadro de políticas públicas;
- funções e responsabilidades;
- processo de vigilância, acompanhamento, avaliação e reprogramação.

3.4 Implementação participativa

Considerando as informações provenientes dos debates nas comunidades e nos territórios e a criação de um grupo de orientação para o planejamento territorial da diversificação produtiva, as partes interessadas envolvidas nesse processo de gestão deverão promover a consolidação de redes de colaboração e parcerias com interlocutores sociais e agentes públicos para fornecer os requisitos para a implementação de uma dinâmica.

Todos os intervenientes em nível comunitário e órgãos públicos devem participar na implementação e na gestão dos meios de vida alternativos, de forma aberta, transparente e participativa. A participação deve ser facilitada por meio de informações relevantes, insumos e incentivos.

O processo exigirá a sensibilização e a formação dos trabalhadores sociais e dos agricultores os quais, por meio de uma participação social ativa, devem solicitar ao governo a alocação de recursos públicos como apoio às atividades produtivas priorizadas nas discussões com as comunidades.

3.5 Vigilância, análise, avaliação permanente e início de um novo ciclo de ações

O processo territorial de diversificação produtiva em regiões produtoras de tabaco deve incluir a criação de um grupo de orientação para coordenar e monitorar a implementação das atividades. Esse monitoramento deve ser feito de forma coordenada entre todas as partes interessadas e as comunidades envolvidas, fornecendo instrumentos de coleta de dados para avaliação e garantindo especialmente a hierarquia das reuniões da comunidade para analisar e revisar os resultados e reprogramar ações. Assim, a priorização da participação social, a apropriação do projeto pela comunidade e a transparência das informações podem incentivar a dinâmica da diversificação dos meios de vida de uma forma sustentável.

Este livro foi impresso em offset,
papel offset, 90g, 4/4.
Fonte: Adobe Caslon Pro, corpo 11
Rio de Janeiro, agosto de 2016.

978-85-7318-306-1

Esta publicação contém as diretrizes adotadas pela Conferência das Partes (COP) da Convenção-Quadro da Organização Mundial da Saúde para o Controle do Tabaco (CQCT/OMS).

Foi elaborada pela Secretaria Executiva da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro (Conicq), a partir de traduções livres das aludidas diretrizes e de publicações do Secretariado da COP.

O objetivo das diretrizes é auxiliar os Estados-Parte a cumprirem as obrigações segundo as disposições dos artigos da Convenção-Quadro e reflete pontos de vista consolidados das Partes sobre diferentes aspectos da implementação, suas experiências e avanços, além dos desafios enfrentados. As diretrizes visam ainda a difundir as melhores práticas e padrões com as quais os governos poderão se beneficiar no processo de implementação do tratado.

As diretrizes foram elaboradas por representantes das Partes reunidos em grupos de trabalho intergovernamentais, estabelecidos pela COP. Os textos preliminares das diretrizes propostas pelos grupos de trabalho foram submetidos em seguida a um processo de discussão durante as COP no qual receberam contribuições das Partes, de organizações não governamentais credenciadas como observadores da COP e de especialistas convidados.

Como resultado desse amplo processo de consulta e pelo consenso obtido pelas Partes, as diretrizes são reconhecidas como uma valiosa ferramenta para a implementação da CQCT/OMS no mundo, razão pela qual devemos trabalhar para sua observância em nosso país.

DISQUE SAÚDE
136
Ouvidoria Geral do SUS

Biblioteca Virtual em Saúde Prevenção e Controle de Câncer
http://controlecancer.bvs.br/

Apoio:
Organização Pan-Americana da Saúde
Escritório Regional para as Américas da Organização Mundial da Saúde
REPRESENTAÇÃO NO BRASIL
INCA
SUS
MINISTÉRIO DA SAÚDE
BRASIL GOVERNO FEDERAL